

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO  
VAREJISTA, ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM**, entidade sindical, com sede  
na Rua Ramos Ferreira, nº 140, Bairro Aparecida, CEP 69010-120, Manaus/AM, por seu  
Presidente Amarildo de Souza Rodrigues, brasileiro, solteiro, sindicalista, domiciliado no  
endereço supramencionado, de acordo com a ata e termo de posse da diretoria (DOC em  
anexo), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **DENÚNCIA**  
em face das **REDES SUPERMARCADISTAS DE MANAUS.**, em razão da prática de  
aumento abusivo e injustificado dos preços, consubstanciado nos motivos fáticos e de  
direito adiante explanados.

**FATOS: SÍNTESE DA DENÚNCIA**

A presente petição de denúncia tem por desiderato levar ao  
conhecimento de Vossa Excelência as questões irregulares no que tange ao aumento  
abusivo da cesta básica e demais produtos no Estado Amazonas praticado pelos  
Supermercados associados e não associados a AMASE. Os denunciados passaram a partir  
da disseminação da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) a aumentar  
exorbitantemente e injustificadamente os preços da cesta básica amazonense.

Conforme divulgado em vários veículos de comunicação é  
de conhecimento público as práticas de abuso de poder econômico contra os  
consumidores, principalmente de gêneros alimentícios e produtos de primeira  
necessidade contra a população do Estado do Amazonas, o Sindicato dos Empregados no  
Comércio Varejista, Atacadista e Representantes de gêneros alimentícios, do Município  
de Manaus, vem por meio desta apresentar denúncia contra os estabelecimentos de

Supermercadistas, conforme provas apresentadas a seguir para que sejam apuradas e denunciadas as práticas abusivas. Não podemos aceitar como representantes da classe trabalhadora deste segmento o que vem ocorrendo em nosso Estado.

A elevação de preços injustificada é uma prática abusiva considerada infração prevista no Código de Defesa do Consumidor, punível desde a esfera administrativa - com aplicação de multa e até mesmo de interdição do estabelecimento - até a criminal, uma vez que configura crime contra o consumidor e a economia popular.

Cumpramos destacar que aos 20 de março de 2020, o Ministério Público/SC<sup>1</sup>, e vários outros como Rondônia<sup>2</sup>, Pará<sup>3</sup>, Mato Grosso do Sul<sup>4</sup> e outros orientaram as associações dos supermercados do seu estado através de nota técnica em conjunto aos Procons para alertar sobre a não prática de preços abusivos e orientar os estabelecimentos sobre como proceder caso os fornecedores o pratiquem.

Porém no Estado do Amazonas mesmo com a Lei Estadual nº 5.145/20 de 26 de março de 2020, sancionada pelo Governador Wilson Lima que proíbe o aumento sem justa causa de produtos de gênero alimentício, por conta da pandemia do novo coronavírus, o que se viu foi muitos estabelecimentos aproveitarem para aumentar os preços, principalmente os 32 itens básicos da cesta básica chegando aos absurdos R\$ 587,92 (Quinhentos e Oitenta e Sete Reis com Noventa e Dois Centavos) conforme relata a reportagem do JAM 2 do dia 27 de julho (anexo 1), valor esse equivalente a praticamente 57% do valor do salário mínimo vigente em nosso país que custa até o presente momento R\$ 1.045,00 (Um Mil e Quarenta e Cinco Reais), restando

  
<sup>1</sup>Disponível em:

<<https://www.mpsc.mp.br/noticias/mpsc-e-procon-emitem-nota-tecnica-para-orientar-supermercados-quanto-a-precos-abusivos>>. Consultado em 27-07-2020.


Disponível em:

<sup>2</sup><<https://www.mpro.mp.br/bg/noticia/-/ver-noticia/40928#.XyEu8p5KiUI>>. Consultado em 27-07-2020.

Disponível em:

<sup>3</sup><<https://www2.mppa.mp.br/noticias/estabelecimentos-com-pratica-abusiva-de-precos-serao-responsabilizados.htm>>. Consultado em 27-07-2020.

Disponível em:

  
<sup>4</sup><<https://www.mpms.mp.br/noticias/2020/03/recomendacao-do-mpms-pretende-evitar-aumento-abusivo-de-precos-durante-a-pandemia>>. Consultado em 27-07-2020.



a muitas famílias apenas o valor de R\$ 457,08 (Quatrocentos e Cinquenta e Sete Reais e Oito Centavos), para pagar as demais contas do mês.

Os estabelecimentos comerciais passam a falsa informação de que os produtos em nosso Estado justifica ser o mais caro do país devido a logística, o que não condiz com a realidade, devido durante o período a atividade essencial não ter parado, o que inclui o transporte de mercadoria durante a pandemia, restando claro e cristalino os aumentos de preços injustificados trazendo grande prejuízo a população.

O que se vê, realmente são os supermercados comemorarem resultados positivos durante a pandemia com um crescimento de 11,93% somente no mês de maio/2020 em comparação a todo o período de janeiro a maio que fora apenas 5,63%. (anexo 2) .

O consumidor atento, passou a fazer diversas denúncias e a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Amazonas (CDC/ALEAM), como também o Procon Estadual vem realizando fiscalização frequentes para reprimir essa pratica abusiva, e de acordo com o CDC/ALEAM até março deste ano já havia sido registrado e fiscalizadas 350 denúncias do tipo, e que com o avanço da pandemia e a restrição de circulação de pessoas em detrimento do regime de quarentena a quantidade de denuncias mais que triplicou de abril a junho.

Segundo os órgãos fora detectado com a maior variação de preço o feijão cariquinho com um aumento de 157,28% chegando aos incríveis R\$ 8,95 (Oito Reais e Noventa e Cinco Centavos) o quilo, e com menor variação foi o óleo de soja de 900 ml, com cerca de 15,95% de aumento<sup>5</sup>.

Para elucidar com mais clareza a discrepância dos valores praticados no Estado do Amazonas com os demais estados da região norte, conforme pesquisa nacional divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

<sup>5</sup>Disponível em:

<<https://amazonas1.com.br/manaus/durante-pandemia-itens-da-cesta-basica-sofrem-aumento-continuo-de-preco/>>. Consulta em 27-07-2020.

Socioeconômicos (DIEESE)<sup>6</sup>, o preço da cesta básica no Estado do Pará custa R\$ 453,36 (Quatrocentos e Cinquenta e Três reais e Trinta e Seis Centavos), no Estado de Roraima o valor é R\$ 436,76 (Quatrocentos e Trinta e Seis Reais e Setenta e Seis Centavos)<sup>7</sup> e por fim o Estado de Rondônia<sup>8</sup> possui a cesta básica no valor de R\$ 391,55 (Trezentos e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), valores estes bem distantes dos R\$ 587,92 (Quinhentos e Oitenta e Sete Reis com Noventa e Dois Centavos) citados anteriormente e praticados no Estado do Amazonas.

Diante disto, considerando que o Ministério Público nos termos do artigo 129, III da Constituição Federal, possui legitimidade para a tutela dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais a defesa do consumidor (artigo 81, § único, I a III, e artigo 82, I do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990 – CDC, bem como o artigo 5º, § 6º, da Lei nº. 7.347/1985), é notória a competência deste respeitável Ministério Público para eludir a questão destacada acima, razão pela qual requer a abertura de procedimento para apuração das denúncias ofertadas com base também nos encartes de supermercados (anexo 3 -) de diferentes Estados da região norte com equiparação ao Estado do Amazonas.

No direito, conforme o artigo 5º, XXXII, da Constituição Federal, que imputa ao Estado a promoção da defesa do consumidor na forma da lei, onde de acordo com o artigo 4º, inciso VI do Código de Defesa do Consumidor:

“A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua

  
\_\_\_\_\_  
<sup>6</sup>Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202005cestabasica.pdf>>. Consulta em 27-07-2020.

<sup>7</sup>Disponível em:

<<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Salario-minimo-compra-duas-cestas-basicas-e-sobramenos-de-R--180/61868#:~:text=Com%20o%20novo%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo,48%2C%20conforme%20pesquisa%20da%20Folha.>>>. Consulta em 28-07-2020.

Disponível em:

<sup>8</sup><<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/04/09/preco-da-cesta-basica-aumenta-177percent-no-mes-de-marco-em-porto-velho-diz-pesquisa.ghtml>>. Consulta em 28-07-2020.



qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, tendo, como um de seus princípios, a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo[...]"

Deve ser levada em consideração as informações levantadas nesta denuncia, juntamente com que os órgãos do Procon e o CDC/ALEAM e nas reportagens dos veículos de comunicação, no sentido de que os fornecedores e revendedores estariam aproveitando desse momento de comoção e afastamento social para elevar, arbitrariamente, o preço de produtos destinados de gênero essencial como os alimentos, abusando da necessidade emergencial do consumidor.

Tal conduta por se tratar de prática abusiva, segundo artigo 39, V e X do CDC é vedada ao fornecedor e revendedor "*elevar sem justa causa o preço de produtos e serviços*", pois não existe como a empresa justificar a sua margem de lucro e esse preço tão alto em um lapso de tempo tão curto (Maio/2020 a julho/2020), portanto caracterizado como abusivo, uma vez que coloca em desvantagem exagerada o consumidor, sendo assim incompatíveis com a boa-fé ou a equidade como também retrata o artigo 51, IV do Código de Defesa do Consumidor.

Cumprando destacar que a livre concorrência não autoriza o fornecedor e revendedor a fixar preços aleatórios e abusivos sem quaisquer critérios, especialmente em momentos de crise e quando a população necessita ter acesso a produtos essenciais, considerando isso é necessário sempre apurar a efetiva responsabilidade pelo aumento abusivo e injustificado de preços, cuja pratica, muitas vezes não é imposta pelo comerciante mas pela indústria/ fabricante do produto colocado no mercado de consumo, o que não é o caso, visto que outros estados da região norte como o Estado de Roraima possui preços bem menores que os abusivos desempenhados no Estado do Amazonas e esta pratica arbitrária de aumento é considerada e constitui infração contra a ordem econômica (artigo 36, III da Lei nº. 12.529/11) tal como crime contra a economia popular com pena de detenção de 2 (dois) a 10 (dez) anos, mais multa de acordo com o artigo 3º, VI da Lei nº 1.151/51.

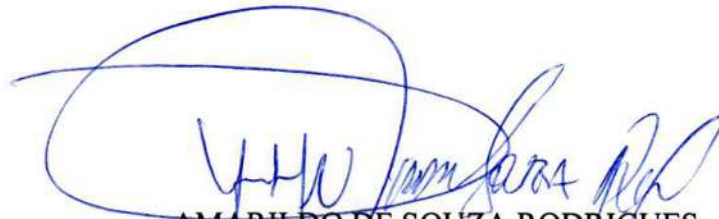
## CONCLUSÃO

Por fim, considerando-se que a livre concorrência não autoriza o fornecedor e o revendedor fixar preços aleatórios e abusivos, sem quaisquer critérios, especialmente em momentos de crise e quando a população mais necessita ter acesso a produtos básicos e essenciais, requer, que Vossa Excelência se digne a deferir a instauração de inquérito civil para apuração das irregularidades praticadas pela rede supermercadistas do Estado do Amazonas como demonstrado acima.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Manaus, 29 de julho de 2020.



AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES  
Presidente do SINDECVARGAM



JOSHUA VICTOR ARRUDA MACHADO  
OAB/AM Nº 10.045



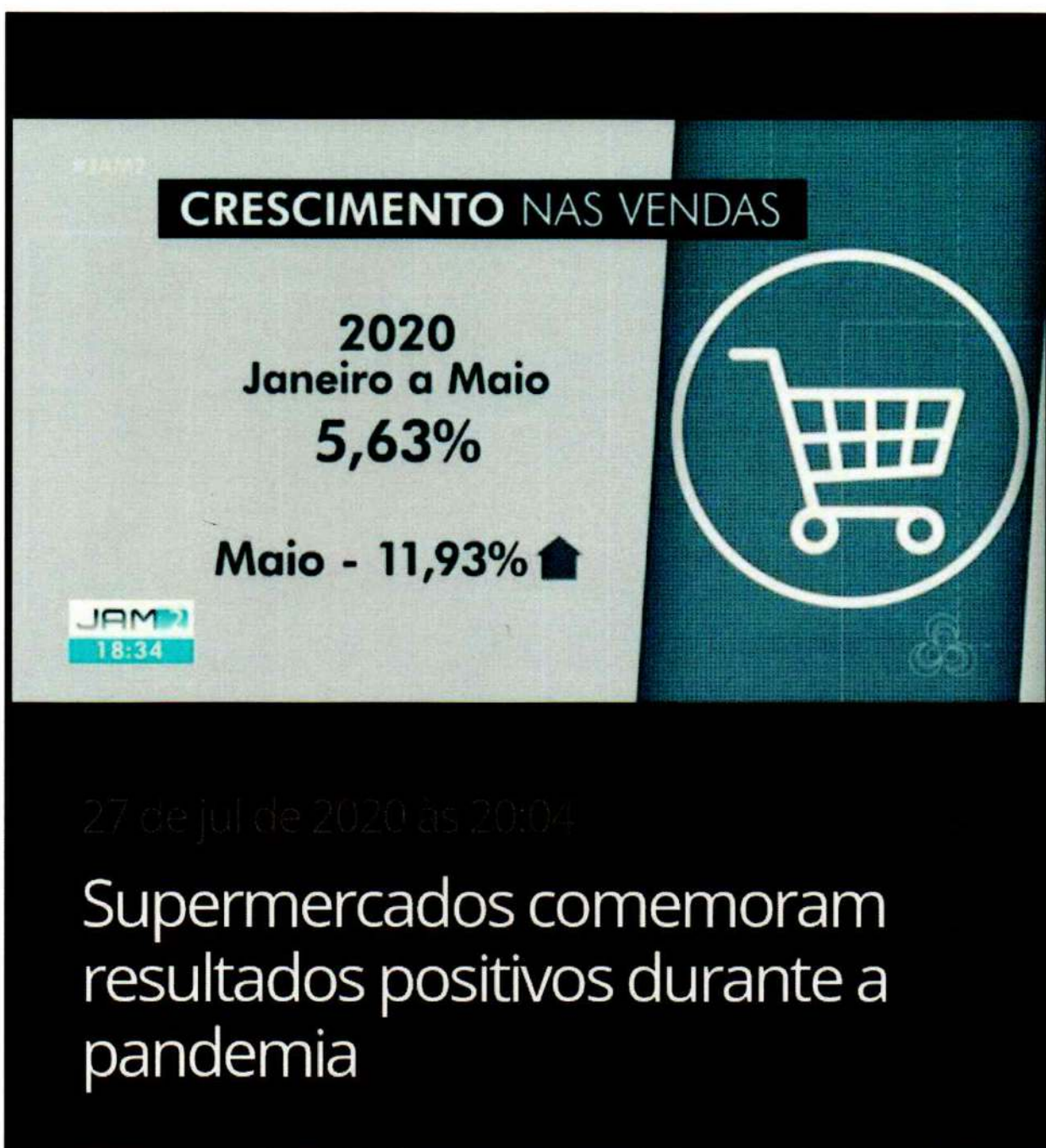
**ANEXO 1:** REPORTAGEM JAM 2 SOBRE PREÇO DA CESTA BASICA.



27 de jul de 2020 às 20:04

Supermercados comemoram  
resultados positivos durante a  
pandemia

**ANEXO 2:** REPORTAGEM DO JAM 2 SOBRE AUMENTO DE VENDAS DOS  
SUPERMERCADOS.



The image is a screenshot of a news report from JAM 2. The top part of the screen features a dark blue background with a white shopping cart icon inside a circle. Below this, on a light blue background, is the text 'CRESCIMENTO NAS VENDAS' in white. The main content area is white and displays the following information: '2020 Janeiro a Maio 5,63%' and 'Maio - 11,93%' with a small upward-pointing arrow icon next to the latter. In the bottom left corner of the white area, there is a small logo for 'JAM 2' and the time '18:34'. At the bottom of the entire image, on a black background, is the text '27 de jul de 2020 às 20:04' and a large white headline: 'Supermercados comemoram resultados positivos durante a pandemia'.

**CRESCIMENTO NAS VENDAS**

**2020**  
**Janeiro a Maio**  
**5,63%**

**Maio - 11,93%** 📈

JAM 2  
18:34

27 de jul de 2020 às 20:04

**Supermercados comemoram resultados positivos durante a pandemia**



**ANEXO 3: ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO NOVO TEMPO EM  
BOA VISTA/RR**

## DA SEMANA

## TEM PREÇO! VALE A PENA!

Ofertas Válidas de 14/07 à 19/07/20

 <b>BOMBOM GAROTO 250G</b> <b>RS 7,69</b> <small>UND</small> <small>CA 36 UND RS230.70</small>	 <b>MOL. POP FRAMBOESANT 120G</b> <b>RS 2,89</b> <small>UND</small> <small>CA 12 UND RS34.68</small>	 <b>IOGURTE DANONE POLPA 540G</b> <b>RS 5,49</b> <small>UND</small> <small>CA 10 UND RS54.90</small>	 <b>CREMOSINHA 200G</b> <b>RS 2,19</b> <small>UND</small> <small>CA 48 UND RS105.12</small>
 <b>AVEIA QUAKER FLOCOS FINOS 165G</b> <b>RS 2,79</b> <small>UND</small> <small>CA 28 UND RS78.12</small>	 <b>CAFÉ RANCHEIRO 250G</b> <b>RS 3,98</b> <small>UND</small> <small>CA 20 UND RS79.60</small>	 <b>LASANHA SADIA SAHORES 600G</b> <b>RS 10,95</b> <small>UND</small>	 <b>KETCHUP PALMEIRON 390G</b> <b>RS 2,69</b> <small>UND</small> <small>CA 24 UND RS64.50</small>
 <b>PESSEGO OLE 450G</b> <b>RS 7,39</b> <small>UND</small> <small>CA 12 UND RS88.68</small>	 <b>CREME DE LITE CCGL 200G</b> <b>RS 1,89</b> <small>UND</small> <small>CA 27 UND RS51.00</small>	 <b>CHARQUE BOMAR 100G</b> <b>RS 14,98</b> <small>UND</small> <small>CA 20 UND RS299.50</small>	 <b>GUARNAPU NATS 33x30CM</b> <b>RS 1,89</b> <small>UND</small> <small>CA 30 UND RS56.00</small>

SEGUNDA A QUINTA - 7:30H ÀS 21H      SÁBADO-NÃO ABRE






**ANEXO 4: ENCARTES DE OFERTAS – SUPERMERCADO NOVO TEMPO EM BOA VISTA/RR**

**FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS**

**Novo Tempo**

BATATA LAVADA Kg R\$ 3,88	TOMATE Kg R\$ 3,98	ABÓBORA CABOTIA Kg R\$ 2,98	BETERRABA Kg R\$ 2,68
CENOURA Kg R\$ 2,98	CEBOLA Kg R\$ 5,78	GENGIBRE Kg R\$ 10,48	REPOLHO VERDE Kg R\$ 2,98
BROCOLIS NINJA Kg R\$ 17,98	CEBOLA ROXA Kg R\$ 7,98	BANANA NÂNICA Kg R\$ 3,98	PERA D'ANJO Kg R\$ 7,88

Ofertas válidas 21 e 24/07/2020 ou enquanto durar o estoque

**OFERTAS DA SEMANA**

**TEM PREÇO! VALE A PENA!**

Ofertas Válidas de 14/07 à 19/07/20

ÁGUA MINERAL DIAMANTE 2L RS 1,89 UND Cz 6 UND R\$11,30	COCA COLA LATA 350ML RS 1,97 UND Cz 12 UND R\$23,64	REFRIGERANTE GUIN 1.5L RS 2,09 UND Cz 9 UND R\$18,81	ÓLEO DE SOJA CONCORDIA 900ML RS 4,59 UND Cz 20 UND R\$91,80
ÓLEO DE MILHO SOJA 900ML RS 6,49 UND Cz 20 UND R\$129,50	ARROZ BRANCO FACCI 1KG RS 2,98 UND Cz 30 UND R\$89,40	FEIJÃO CARIOCA MARAÍH 1KG RS 6,95 UND Cz 30 UND R\$208,50	CAFÉ RANCHERO 200G RS 3,69 UND Cz 20 UND R\$73,80
FRANGO MARIINGA KG RS 5,79 KG Cz 20 KG R\$115,80	LING. DE FRANGO MARAÍH 1KG RS 9,98 KG Cz 10 KG R\$99,50	SALSICHA HOT DOG MARAÍH 1KG RS 23,50 UND Cz 20 UND R\$470,00	CAFÉ SOLAR 200G RS 10,99 UND Cz 24 UND R\$263,76

SEGUNDA A QUINTA - 7:30H ÀS 21H  
SEXTA - 7:30 ÀS 17H  
SÁBADO - NÃO ABRE  
DOMINGO - 7:30 ÀS 20H

... CARLOS REBEIRA DE MELO - BOA VISTA - RR

VISA, MasterCard, Boleto, PIX, Débito em Cartão



**ANEXO 5: ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO PARAENSE EM  
BELÉM/PA**

**SUPERMERCADO PARAENSE**  
ENCARTE DE OFERTAS  
MISSIÃO BAIXOS PREÇOS

**LOUCURA DE PREÇOS BAIXOS!**

Ofertas Válidas de 04/07 a 10/07/13 ou enquanto durarem os estoques

 <b>9,89</b> Amor Açúcar Tipo 1 - 1kg	 <b>5,69</b> Zuca Açúcar Tipo 1 - 1kg	 <b>10,98</b> Café Longe Vida Composto 1kg Integral ou Descafeinado	 <b>10,98</b> Óleo de Algodão 1L	 <b>1,39</b> Cerveja Maratona 330ml (Garrafa)
 <b>4,59</b> Café Açúcar 500g	 <b>4,89</b> Margarina Unilever 500g Tradicional	 <b>6,49</b> Azeite Verde Oliva 500g - Verde	 <b>4,79</b> Óleo de Algodão 1L	 <b>5,74</b> Cerveja Maratona 330ml (Garrafa)

**FRIGOS & CONGELADOS**

 <b>8,54</b> Carne Congelada 300g	 <b>2,69</b> Bacon 200g	 <b>8,84</b> Fritas 1kg	 <b>3,39</b> Creme de Leite 1L	 <b>2,68</b> Queijo 200g
 <b>1,29</b> Carne Congelada 300g	 <b>1,29</b> Bacon 200g	 <b>1,29</b> Fritas 1kg	 <b>1,29</b> Creme de Leite 1L	 <b>1,29</b> Queijo 200g

**OFERTAS VÁLIDAS QUINTA A DOMINGO DIAS 04/07 A 07/07/13**

 <b>8,95</b> Carne Bovina Moída 1kg	 <b>7,98</b> Carne Bovina Moída 1kg	 <b>8,98</b> Carne Bovina Moída 1kg	 <b>2,28</b> Cebola Moída 1kg
 <b>9,19</b> Carne Bovina Moída 1kg	 <b>7,95</b> Carne Bovina Moída 1kg	 <b>12,49</b> Carne Bovina Moída 1kg	 <b>2,59</b> Banana Prata 1kg

**ANEXO 6: ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO PARAENSE EM  
BELÉM/PA**

**OFERTAS VÁLIDAS DE 27/06/13 ATÉ 03/07/13**

**OFERTAS VÁLIDAS SEGUNDA**  
DIA 01/07/13

**OFERTAS VÁLIDAS TERÇA**  
DIA 02/07/13

**OFERTAS VÁLIDAS QUARTA**  
DIA 03/07/13

**Ofertas Válidas de 27/06/13 até 03/07/13 ou enquanto durarem os estoques**

**2,39** Arrozalado Pz 3 Corações 400g Sachet

**1,69** Fôlho Paper 100 Corações 100 com 32 Unidades

**10,69** Açúcar Antartica Leve 750ml Pague 550ml

**1,39** Milho Verde Semidado 4 Vapores 200g

**0,64** Açúcar Integral Líquido Encolado 250ml

**1,29** Creme Leite Cond. TP 200g

**1,04** Papel Higienico Zapel 30m x 4 Unidades

**2,39** Toalha P. Bob 012 Leve 140 Pague 120

**2,64** Limpador Casa & Perfume 500ml Fragrâncias

**2,98** Água Sanitária 2 Litros

**3,59** Amaciante 2 Litros

**5,84** Detergente Pz Oco Leve 1 Kg Pague 900g

**VENDE-SE**

**Amaciante de Cama Bob 72**

**Amaciante de Cama**

**Balança Toledo 50 Kg**

**Check-Out**



**ANEXO 7:** ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO DB EM MANAUS/AM





**ANEXO 8:** ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO DB EM MANAUS/AM





**ANEXO 9:** ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO DB EM MANAUS/AM





**ANEXO 10: ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO DB EM MANAUS/AM**





**ANEXO 11: ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO DB EM MANAUS/AM**





**ANEXO 12:** ENCARTE DE OFERTAS – SUPERMERCADO DB EM MANAUS/AM





**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA, ATACADISTA E  
REPRESENTANTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS – AM  
SINDECVARGAM**

rua, n. 1405 Bairro: Aparecida, CEP. 69.010-120

3º OFÍCIO DE NOTAS  
MANAUS - AM  
SELO ELETRÔNICO DE AUTENTICAÇÃO DO TJ-AM  
Certifico, nos termos do art. 223 do CCB, que a presente cópia está igual ao original autenticado.  
Em test.:  
NADIA OLIVEIRA DA SILVA ARANTES - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Data/Hora de utilização: 11/10/2013 10:10:49 AS328239-72  
FUNETJ-02 - FUNDPM: 0,12 FUNDPIGE 0,07 TOTAL: R\$3,45  
Cód. Validação: B0E6-679B-91C8-C224 - Valida em www.selcam.com.br C21

Manaus - Amazonas

**ESTATUTO**

RCPJ- REGISTRO CIVIL DAS  
PESSOAS JURÍDICAS  
Manaus- Amazonas  
**REGISTRADO**

**CAPÍTULO I**

**DA SUA CONSTITUIÇÃO, PRERROGATIVAS E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 1º. O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA, ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM**, fundado do dia 21 de julho de 2013, tem sede e foro jurídico na Cidade de Manaus/AM, com sigla **SINDECVARGAM**. É uma **Organização Sindical**, sem fins econômicos, com fundamento no artigo 8º da Constituição Federal, artigo 511 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro, com tempo e duração indeterminado, constituído para fins de defesa e representação legal, coordenação e estudo da categoria profissional dos empregados em Hipermercados, supermercados, Mercados, Mini-Mercados, Varejista, Atacadista e representante no comércio de gêneros alimentícios do Município de Manaus, visando: melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representados; a independência econômica da representação sindical; a manutenção e defesa das instituições democráticas da sociedade brasileira.

**Art. 2º. São Prerrogativas do Sindicato:**

- a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria ou os interesses individuais de seus associados;
- b) celebrar convenções e acordos coletivos de trabalho;
- c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria;
- d) colaborar como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a sua categoria;
- e) estabelecer contribuições a todos aqueles que participem da categoria representada, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor.
- f) fundar, organizar e administrar cooperativas de consumo, crédito, de habitação, formação e prestação de mão de obra, Instituto e Fundação, assim como qualquer fundação que vise beneficiar, com assistência social, financeira, saúde, previdência privada, intermediação e colocação de mão de obra, aos trabalhadores representados, em conformidade com a legislação em vigor.

**Art. 3º. São deveres do Sindicato:**

- a) pugnar pela democracia, justiça social e liberdades fundamentais do homem;
- b) manter serviço de assistência judiciária para os associados e na Justiça do Trabalho para os integrantes da categoria;
- c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
- d) manter relações com as demais associações de categorias profissionais para concretização da solidariedade social e a defesa dos interesses nacionais;
- e) colaborar e defender a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo;
- f) estabelecer negociações com a representação da categoria similar ou correlata visando a obtenção de melhorias para a categoria;
- g) constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de comunicação e promover cursos, seminários, estudos, pesquisas, conferências e congressos para a atualização profissional de seus sócios.

#### **Art. 4º. São condições para o funcionamento do Sindicato:**

- a) observância das Leis;
- b) inexistência do exercício de cargos eletivos cumulativamente com empregos remunerados pelo Sindicato, ou por entidade de grau superior;
- c) na sede do sindicato encontrar-se-à segundo modelo próprio, um livro de registro de associados autenticado pelo Presidente da Entidade e do qual deverá constar, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função, e residência de cada associado, o estabelecimento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, e o número matrícula social;
- d) abstenção de práticas que incorram em vinculação partidária;
- e) colaborar como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a sua categoria;
- f) estabelecer contribuições a todos aqueles que participem da categoria representada, nos termos dos Estatutos Sociais e da legislação em vigor.

### **CAPITULO II DO QUADRO SOCIAL**

**Art. 5º.** A todo o indivíduo que atua no ramo de atividade compreendida pela Sindicato é garantido o direito de ser admitido no seu quadro associativo.

**§ 1º.** O trabalhador para ser admitido no sindicato, inclusive o aposentado, deverá preencher ficha de admissão no quadro associativo do sindicato constando seus dados pessoais e profissionais, bem como autorização do desconto da mensalidade em folha de pagamento, que após o seu preenchimento e assinatura será admitida independentemente de qualquer avaliação.

**§ 2º.** Todo trabalhador que associar-se ao SINDECVARGAM estará automaticamente autorizando a entidade a substituí-lo processualmente, judicial ou administrativamente, na forma do art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, outorgando ao Sindicato mediante o patrocínio de advogado por ele constituído, todos os poderes da cláusula "ad judicium".

**§ 3º.** O trabalhador afastado no curso do contrato de trabalho para ocupar cargo público eletivo ou licença por iniciativa própria, somente terá assegurado os seus direitos de associado, previstos neste Estatuto, se mantiver sua contribuição em dia com a entidade sindical.

**§ 4º.** O trabalhador afastado por benefício previdenciário no curso do contrato de trabalho e que tiver o seu contrato suspenso, terá seus direitos assegurados previstos neste estatuto, exceto o direito de ser votado.

#### **Art. 6º. São direitos dos Associados:**

- a) votar e ser votado nas eleições das representações do Sindicato, respeitadas as determinações deste estatuto e da legislação em vigor;
- b) gozar dos benefícios e assistência proporcionados pelo Sindicato; apresentar e submeter ao estudo da Diretoria quaisquer questões de interesse social e sugerir medidas de interesse da categoria;
- c) participar dos eventos sócios culturais promovidos pela entidade ou por entidade a esta conveniada.
- d) convocar qualquer órgão ou instância deliberativa do sindicato, desde que seja observado os procedimentos e quorum estabelecidos neste Estatuto.

#### **Art. 7º. São deveres dos Associados:**

- a) pagar pontualmente a mensalidade social, as contribuições sindicais, e outras taxas



estipulada por assembleia ou em função de lei, na modalidade e quantia estipulada em Assembleia, e na forma deste estatuto, excluído o aposentado;

b) zelar pelo patrimônio e serviços do Sindicato, cuidando da sua correia aplicação;

c) comparecer às Assembleias e reuniões convocadas pelo Sindicato, acatando suas decisões.

d) cumprir as regras previstas no Estatuto e as determinações oriundas da Assembleia Geral.

### CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

**Art. 8º.** O associado que infringir as disposições estatutárias e as normas complementares oriundas da Assembleia incorre nas seguintes penas:

a) suspensão dos direitos políticos e associativos;

b) eliminação do quadro social.



§ 1º. Toda falta cometida, assim como a penalidade imposta será registrada em Livro de Registro de Ocorrências apropriado exclusivamente para isso.

§ 2º. Será punido com a pena de suspensão o associado que:

a) as ofensas difamatórias e caluniosas que alcancem o patrimônio moral dos associados, membros da diretoria ou represente danos para a imagem e o nome da entidade;

b) aquele que sem motivo justificado, atrasar em mais de 03 (três) meses do pagamento das suas mensalidades;

c) desacatar, humilhar, difamar, caluniar ou constranger membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Representante na Federação, no exercício de suas funções ou em razão delas;

d) fazer acusações contra sócios ou membros da Diretoria sem apresentação de provas escritas ou testemunhal.

§ 3º. A pena de suspensão poderá ser de no mínimo 30 (trinta) e no máximo 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º. A pena de suspensão, enquanto perdurar privará o associado de todos os seus direitos, como assistência médica e jurídica, de frequentar a Sede Social, Quadra de Esporte, promoções da sociedade ou outra qualquer dependência pertencente à entidade, mas não o isentará do pagamento das contribuições e do ressarcimento dos prejuízos em caso de dano material.

§ 5º. Será punido com eliminação o associado que cometer quaisquer das seguintes infrações:

a) incorrerem nova falta, quando no período de (01) anoja tiver sido suspenso duas vezes;

b) danificar, grave ou propositadamente, o patrimônio da entidade ou desviar seus bens e valores, bem como deixar de cumprir as obrigações feitas em nome da entidade;

c) for condenado por sentença penal condenatória transitada em julgado.

§ 6º. O associado eliminado só poderá ser novamente admitido no quadro transcorrendo no mínimo 1 (um) ano do ato punitivo, desde que aprovado pela

**Art. 09º. São competentes para impor penalidades:**

I - a Diretoria, restringindo-se sua competência apenas à pena de suspensão

II - a Assembleia Geral.

§ 1º. Das penas impostas cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias, sem efeito suspensivo, contado da cientificação, sendo que à falta de manifestação serão presumidos como verdadeiros fatos alegados.

§ 2º. Os recursos serão direcionados ao presidente, que ao recebê-los deverá imediatamente remetê-los à Diretoria.



§ 3º. Em seguida será encaminhado à Assembleia Geral para apreciar e votar pela procedência ou não do recurso.

§ 4º. Os processos administrativos para apuração de faltas previstas no § 5º, do art. 08º, cometida pelo associado ou membro da Diretoria, serão abertos pelo Presidente depois de autorizado pela Assembleia, sendo autuado, numerado e classificado, conforme o caso.

§ 5º. Na apuração das faltas previstas no parágrafo segundo do mesmo artigo, dispensa a autorização pela Assembleia Geral, devendo ser observado os mesmos critérios e procedimentos asseguradores do direito de ampla defesa.

§ 6º. O pedido de abertura de processo antes de ser levado para autorização da Assembleia, bem como, depois de apurado, deverá conter parecer jurídico, de advogado devidamente habilitado.

§ 7º. O associado processado deverá ser notificado no prazo estabelecido neste Estatuto Social, de todos os atos, devendo a referida notificação ser acompanhada de cópia do Edital, do Estatuto, do requerimento de pedido de abertura de processo e da Ata de Aprovação da Abertura de Processo da Assembleia Geral ou da reunião da Diretoria, conforme o caso.

§ 8º. O associado processado, depois de notificado para apresentar defesa, terá acesso aos documentos pertinentes ao respectivo processo e acusação, podendo manusear, analisar e tirar cópias, sendo que, no caso de análise e manuseio só poderá ser feito dentro da própria entidade.

§ 9º. O pedido de abertura de processo poderá ser solicitado por qualquer associado, devendo o mesmo conter as razões fáticas, a fundamentação e o pedido, com as respectivas provas.

§ 10º. A falta de atendimento a esses requisitos, ensejará a extinção e arquivamento do pedido imediatamente.

§ 11º. Durante a Assembleia de aprovação de eliminação fica facultado ao associado processado fazer a sustentação oral de sua defesa, assim como, perante a Diretoria.

Art. 10. Concluído o processo e aprovado a eliminação ou suspensão ou não, deverá o processo ser arquivado, pelo prazo de 05 (cinco) anos, devendo após o transcurso desse prazo, ser o mesmo incinerado.

#### CAPITULO IV DA ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO:

Art. 11. São órgãos deliberativos do Sindicato:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Administrativa;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Delegados Representantes Junto à Federação.





**SEÇÃO I**  
**DAS ASSEMBLEIAS GERAIS:**



**Art. 12.** A Assembleia Geral é o órgão soberano do Sindicato, e será constituída por todos os associados em dia com suas obrigações e em pleno gozo de seus direitos sociais e civis, com poderes para deliberar e aprovar na forma deste Estatuto, todos os atos inerentes à sociedade e aos seus associados.

**Art. 13.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente na Segunda quinzena de janeiro de cada ano para tomar conhecimento e deliberar sobre o relatório da Diretoria, julgar o balanço das contas do exercício anterior e aprovar a Previsão Orçamentária, devendo ser a mesma exclusiva para tratar dessas questões.

**Parágrafo Único:** A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses do sindicato assim o exigir.

**Art. 14.** Compete privativamente a Assembleia Geral:

- a) Destituir membro e/ou suplente da Diretoria do Conselho Fiscal e Representante na Federação;
- b) Aprovar o relatório administrativo anual, a prestações de contas e a Previsão Orçamentária, referente ao exercício anterior, com base no parecer do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar sobre os assuntos gerais de interesse da entidade, constantes do Edital de Convocação;
- d) Eliminar associado;
- e) Reformar o Estatuto;
- f) Dissolver o Sindicato;
- g) Eleger a Diretoria, Conselho Fiscal e Representante junto a Federação.

**Art. 15.** A Assembleia Geral será convocada pelo presidente ou por maioria simples de sua Diretoria, mediante Edital de Convocação em Jornal de grande circulação no Estado do Amazonas ou remessa Circular enviada aos associados, além de outros meios adequados para este fim, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

**§ 1º.** Poderá ainda convocar a Assembleia Geral 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos, quando requererem ao presidente, este não atender dentro do prazo de 10 (dez) dias.

**§ 2º.** A Assembleia Geral reunir-se-á em 1º convocação, com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos associados, em 2º convocação, 30 (trinta) minutos depois, com a presença de 30% (trinta por cento) dos associados e em terceira e última convocação 30 (trinta) minutos depois com qualquer numero de presentes.

**§ 3º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Sindicato ou quem ele assim delegar.

**Art. 16.** As decisões da Assembleia serão tomadas:

- a) Pela aprovação de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) do total de associados, quando se tratar da dissolução da entidade sindical, destinação de seu patrimônio e reforma do Estatuto Social;
- b) Por maioria simples de votos dos presentes, nos demais casos, cabendo ao Presidente da Assembleia o voto de qualidade para desempate.

**Art. 17.** Nas Assembleias Gerais Ordinárias, somente se tratarão de assuntos previstos no Edital de Convocação, não sendo válidas as decisões tomadas sobre matérias que não constem da Ordem do Dia.





pagar, de acordo com o Secretário de Finanças;

d) Nomear os funcionários e fixar os seus vencimentos, consoante as necessidades do serviço, com aprovação da Diretoria;

e) Encaminhar e fazer cumprir as decisões das Assembleias e da Diretoria;

f) Constituir e nomear Comissão Eleitoral;

g) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.



## II - Secretário Geral:

a) Substituir sem prejuízo de suas funções o Presidente em seus impedimentos temporários ou definitivos;

b) Preparar a correspondência do Sindicato; Coordenar, dirigir, executar, intensificar e fiscalizar os trabalhos de Secretaria;

c) Ter sob sua guarda a fiscalização e o arquivo dos ofícios, processos, contratos e convênios;

d) Elaborar relatórios e planos de atividades de acordo com as deliberações da Diretoria;

e) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

f) Receber e verificar as propostas de admissão ao quadro social, conforme as determinações deste estatuto.

g) Executar outras atribuições delegadas pelo Presidente ou Diretoria;

h) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

## III - Diretor Financeiro:

a) Manter sob sua guarda, fiscalização e responsabilidade os valores do Sindicato;

b) Assinar com o Presidente, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;

c) Recolher o dinheiro do Sindicato ao Banco do Brasil S.A. a Caixa Econômica Federal ou ao Banco Designado pela Diretoria Executiva;

d) Apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes mensais e um balanço anual;

e) Rubricar com o Presidente, os Livros da Tesouraria;

f) Receber as verbas, as doações e os legados destinados ao Sindicato;

g) Manter em dia as escriturações e seu cargo;

h) Proporcionar a Diretoria os elementos necessários à elaboração do orçamento anual;

i) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

## IV- Diretor Jurídico:

a) Implementar a Secretaria de Assuntos Jurídicos;

b) Preparar material para subsidiar negociações coletivas;

c) Acompanhar acordos coletivos, dissídios e ações trabalhistas;

d) Elaborar estudos, pesquisas e documentação na área trabalhista;

e) Manter vigilância quando as políticas e legislação ordinária, elaborando propostas, sempre que necessário, que possibilitem o avanço da Legislação sob diretrizes que interessem à classe trabalhadora, as quais serão submetidas à Diretoria.

f) Cumprir e fazer o presente estatuto;

**Parágrafo único:** Aos Suplentes da Diretoria compete auxiliar as tarefas da Diretoria e substituí-la quando do seu impedimento e quando convocados pelo Presidente;

## SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

**Art. 22.** O Sindicato terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes eleitos juntamente com a Diretoria, para um mandato de 04 (quatro) anos, limitando-se a sua competência à fiscalização da gestão financeira.

**§ 1º.** O Conselho Fiscal será constituído por 1 (um) Presidente, 2 (dois) Secretários e 1 (um) Relator.

**3º OFÍCIO DE NOTAS**  
P  
Manaus - Amazonas  
Certifico, na forma do art. 223 do CCB, que a presente cópia está igual original apresentado.  
Em test. de verdade  
NADIA OLIVEIRA DA SILVA APARECIDA - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Data/Hora de utilização: 13/10/2013 - 10:10:47 - ASS28237-76  
FUNETJ:0.2/ FUNDPM: 0.12 FUNDPIGE 0.07 TOTAL: R\$3,35  
Ad Valorem: BDEC 5257 D/CB 5433 - Saldo em favor do sindicato: R\$ 221,00

Raymundo Lucimar Marques Ribeiro - TABELÃO  
Rua José Clemente, 338 - CEP: 670-070 - Centro - Manaus - AM  
Fone: 3123-7777 - Fax: 3123-7788 - info@cpjmanaus.org.br

CONTINUA DO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
Nadia O. da Silva S., 1º  
Escritor Autorizada

§ 2º. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês para apreciar os balancetes financeiros do sindicato e extraordinariamente sempre que for necessário, sendo que suas decisões serão aprovadas por maioria simples de seus membros.

#### SEÇÃO IV DOS DELEGADOS JUNTO À FEDERAÇÃO

Art. 23. Os Delegados Representantes junto a Federação serão 01 (um) membro efetivo e 01 (um) suplente, eleitos juntamente com a Diretoria, para um mandato de 04 (quatro) anos, na forma deste Estatuto, tendo por competência participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias convocadas pela respectiva Federação.

#### CAPÍTULO V DA PERDA DO MANDATO



Art. 24. Os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e do Representante na Federação perderão os seus mandatos nos seguintes casos:

- a) grave violação deste Estatuto;
- b) malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- c) abandono de cargo considerando-se como tal, a ausência injustificada de 03 (três) reuniões ordinárias sucessivas;
- d) pela prática das infrações constantes dos § 2º e 4º do art. 8º, deste Estatuto;

§ 1º. A perda do mandato será declarada pela Assembleia Geral, observando-se as mesmas condições estabelecidas no art. 9º, deste Estatuto Social;

§ 2º. Na hipótese de perda de mandato, as substituições se farão de acordo com os presentes Estatutos.

Art. 25. As renúncias serão comunicadas por escrito ao Presidente do Sindicato.

Art. 26. Em se tratando de renúncia do Presidente do Sindicato será notificado, igualmente por escrito e com firma reconhecida, ao seu substituto legal que dentro de 48 (quarenta e oito) horas reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido.

Art. 27. Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e, se não houver suplentes, o Presidente, ainda que resignatário, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias convocará Assembleia Geral afim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisória, dando ciência à autoridade competente.

**Parágrafo único:** A Junta Governativa Provisória constituída nos termos do "caput" deste artigo, procederá as diligências necessárias à realização de novas eleições para investidura dos cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e de conformidade instruções contidas neste estatuto.

#### CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO DO SINDICATO

Art. 28. Constitui o patrimônio do Sindicato:

- a) as contribuições daqueles que participam da categoria representada;
- b) as doações e legados;
- c) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas;
- d) aluguéis de imóveis e juros de título e de depósito;
- e) as multas e outras rendas eventatórias.

Art. 29. Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados ou vendidos após prévia autorização de Assembleia Geral reunida, na forma e quorum previstos neste



Estatuto.



§ 1º. A venda do imóvel será efetuada pela Diretoria após a decisão da Assembleia Geral, mediante concorrência pública com Edital publicado na imprensa diária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Nenhuma contribuição poderá ser imposta aos associados e demais membros da categoria, além das determinadas em assembleia geral e na forma do presente Estatuto.

**Art. 30.** Os atos que importem na malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato são equiparados aos crimes de peculato, julgados e punidos com a legislação penal.

**Art. 31.** No caso de dissolução do Sindicato, o que só se dará deliberação expressa da Assembleia Geral para esse fim convocada, o seu patrimônio pagas as dívidas legítimas decorrentes de suas responsabilidades, será destinado na forma que determinar a Assembléia.

## **CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES SINDICAIS**

**Art. 32.** As eleições sindicais serão realizadas de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, na forma prevista neste Estatuto.

### **SEÇÃO I DA VACÂNCIA DE CARGOS NA DIRETORIA**

**Art. 33.** Toda vez que ocorrer vacância de 50% (cinquenta por cento) ou mais dos membros da Diretoria, compete ao Presidente convocar Assembleia Geral Extraordinária, para que a mesma eleja por escrutínio secreto, os novos membros que irão ocupar os cargos vagos, compondo assim a Diretoria do Sindicato.

§ 1º. Para a convocação dos candidatos que irão preencher os cargos vacante da Diretoria, será expedido edital, no qual será dado um prazo de 10 (dez) dias para que os associados interessados, individualmente, apresentem a documentação exigida no estatuto.

§ 2º. Os mandatos dos membros eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária para os cargos vagos encerrarão quando encerrar o mandato da Diretoria eleita.

### **SEÇÃO II DA ELEGIBILIDADE**

**Art. 34.** São elegíveis na forma deste estatuto, todos os associados que preencham as condições aqui estabelecidas e que não incorram em qualquer dos impedimentos expressos na legislação em vigor.

### **SEÇÃO III DA INELEGIBILIDADE**

**Art. 35.** Será inelegível o eleitor:

- a) que não tiver definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração sindical;
- b) que houver lesado o patrimônio de qualquer entidade;
- c) que não tiver, pelo menos 02 (dois) anos de exercício da atividade ou da profissão;
- d) que tiver sido condenado por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;
- e) os que estiverem cumprindo uma das penas previstas neste estatuto;
- f) os que tenham sido destituídos por sentença judicial de cargos de administração ou de representação sindical;
- g) os estrangeiros ou naturalizados;
- h) os que não comprovarem o efetivo exercício da profissão;
- i) os que não comprovarem o pagamento de mensalidade associativa;



- j) os que não tiverem mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social na data da convocação das eleições;
- l) que não residir na base territorial do sindicato.



#### SEÇÃO IV DO ELEITOR

**Art. 36.** É eleitor todo associado que na data da eleição estiver em pleno gozo dos direitos sociais conferidos no Estatuto Social, e preencher os requisitos estabelecidos na lei vigente, inclusive o aposentado e atender as seguintes condições:

- a) tiver 06 (seis) meses de inscrição, pelo menos, no quadro social e 02 (dois) anos de exercício da atividade ou da profissão;
- b) tiver quitado as mensalidades em atraso até 10 (dez) dias antes das eleições.

**Art. 37.** a relação dos associados em condições de votar será elaborada com antecedência de cinco (05) dias da data da eleição, e será, nesse mesmo prazo, afixada em local de fácil acesso, na sede da entidade para consulta por todos os interessados.

**Parágrafo único:** Os associados aposentados terão direito de votar e a ser votado.

#### SEÇÃO V DO VOTO

**Art. 38.** O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- a) uso da cédula única contendo apenas o numero das chapas registradas;
- b) isolamento do eleitor no ato de votar;
- c) verificação da autenticidade da cédula única à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;

**Art. 39.** a cédula única contendo todas as chapas registradas deverá ser confeccionada em papel branco, opaco e pouco absorvente com tinta preta e tipos uniformes.

**§ 1º.** A cédula única deverá ser confeccionada de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

**§ 2º.** As chapas registradas deverão ser numeradas seguidamente a partir do número 1 (um), obedecendo a ordem do registro.

**§ 3º.** As chapas conterão os nomes dos candidatos, efetivos e suplentes;

#### SEÇÃO VI DA CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

**Art. 40.** As eleições serão convocadas pelo Presidente da Comissão Eleitoral, por Edital, com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30(trinta) dias antes da data de realização do pleito.

**§ 1º.** Cópia do Edital a que se refere este artigo deverá ser afixada na sede da entidade.

**§ 2º.** O Edital de Convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

- a) data, horário e local da votação;
- b) prazo para registro de chapas e horário de funcionamento da Secretaria;
- c) datas, horários e locais da segunda e terceira votação, caso não seja atingindo o quorum na primeira e segunda, bem como da nova eleição em caso de empate entre as chapas mais votadas.

original preferencialmente.  
Em teste  
NADIA OLIVEIRA DA SILVA PRANTER - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Data/Hora de emissão: 11/10/2015 - 10:16:44 - A6328260-78  
FUNETJ-02 - FUNIPAM: 0.12-FUNOPJE 097 TOTAL: R\$3.46  
Cód. Validação: 6A3C-A3EB-CA06-6441 - Valide em www.seloim.com.br 02/10/2015  
Escritório DO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
da O. da Silva Prantes  
Escritório Autorizada



**Parágrafo único:** Fica facultado a publicação do Edital de Convocação em Jornal, bastando sua divulgação nos quadro de avisos do Sindicato.

## SEÇÃO VII DO REGISTRO DE CHAPAS



**Art. 41.** O prazo para registro de chapas será de 05 (cinco) dias, contidos da data da publicação do Edital.

**§ 1º.** O registro de chapas far-se-á, exclusivamente na secretaria da entidade promotora da eleição, a qual fornecerá recibo da documentação apresentada.

**§ 2º.** Para os efeitos do disposto neste artigo, o Sindicato manterá a secretaria, durante o período para registro de chapas, expediente normal de, no mínimo 08 (oito) horas devendo permanecer na sede da entidade sindical pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer o respectivo recibo.

**§ 3º.** O requerimento de registro de chapa, deverá ser feito em 02 (duas) vias endereçadas a Comissão Eleitoral, assinado por qualquer dos candidatos que a integram, instruído com os seguintes documentos:

- a) ficha de qualificação do candidato em apenas uma via e assinada;
- b) comprovante de residência;
- c) cópias da Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade e do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Sócio.

**Art. 42.** Será recusado o registro da chapa que não apresentar o número total de candidatos efetivos e dos respectivos suplentes, considerados distintamente os órgãos de administração, e do Conselho Fiscal ou que não esteja acompanhado das fichas de qualificação de todos os candidatos, por eles preenchidos e assinadas e dos documentos exigidos no § 3º, do artigo anterior.

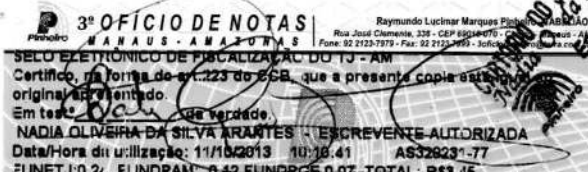
**Parágrafo único:** Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, o Presidente da Comissão Eleitoral notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de recusa de seu registro.

**Art. 43.** Encerrado o prazo de registro de chapas o Presidente da Comissão Eleitoral providenciará a imediata lavratura da ata correspondente consignando, em ordem numérica de inscrição de todas as chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes.

**§ 1º.** Se, por qualquer circunstancia, a Secretaria não estiver funcionando no período e horário estabelecido no art. 41, ou se negar a registrar as chapas, poderão os interessados comunicar o fato à Comissão Eleitoral ou ao Presidente da Entidade ou a qualquer membro da Diretoria e ainda no caso de impossibilidade, poderá recorrer ao Poder Judiciário, requerendo as providencias cabíveis para a sua regularização.

**§ 2º.** No prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o encerramento do prazo do Parágrafo Único do art. 42, o Presidente da Comissão Eleitoral, fará publicara relação nominal das chapas registradas, pelo mesmo meio de divulgação já utilizado para o edital de convocação da eleição, e declarará aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação de candidatura.

**§ 3º.** Ocorrendo renúncia formal de candidatos após o registro da chapa, a Comissão Eleitoral afixará cópia desse pedido em quadro de aviso para conhecimento dos associados.



§ 4º. A chapa que fizerem parte de candidatos renunciante poderá concorrer desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem ao preenchimento de todos os cargos efetivos.

§ 5º. Encerrado o prazo previsto no art. 41 "**caput**", não havendo o registro de chapa, o Presidente da Entidade, após a notificação formalizada da Comissão Eleitoral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providenciará nova convocação de eleição.

**Art. 44.** A impugnação de candidatura só poderá ser feita por associados do Sindicato em pleno gozo dos seus direitos sindicais no prazo de 05 (cinco) dias para apresentar contra razões.

§ 1º. A impugnação versará somente sobre as causas de inelegibilidade previstas na legislação vigente e no estatuto da entidade, devendo ser proposta através de requerimento, dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral e entregue, contra-recebido, na Secretaria do Sindicato.

§ 2º. Cientificado, em 48 (quarenta e oito) horas, o candidato impugnado terá o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar contra-razões.

§ 3º. Instruído o processo de impugnação, a Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis decidirá, dessa decisão cabendo recurso para o Poder Judiciário.

§ 4º. A Comissão Eleitoral providenciará a afixação da cópia de sua decisão nos locais de votação, para conhecimento dos interessados.

§ 5º. Julgada improcedente a impugnação, o candidato impugnado concorrerá à eleição, ressalvado ao impugnado o direito de recorrer para a autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias, contra a eleição do mesmo.

§ 6º. Contra a decisão que julga procedente a impugnação, o candidato impugnado poderá recorrer para a autoridade judiciária, no prazo de 05 (cinco) dias.



## SEÇÃO VIII DA MESA COLETORA

**Art. 45.** As mesas coletoras de votos serão constituídas de 01 (um) Presidente e 02 (dois) mesários, designados pela Comissão Eleitoral, dentre os integrantes da categoria ou qualquer outra.

§ 1º. Serão instaladas mesas coletoras na Sede do Sindicato e sessões, quando for o caso, e nos principais locais de trabalho onde esteja prevista a votação.

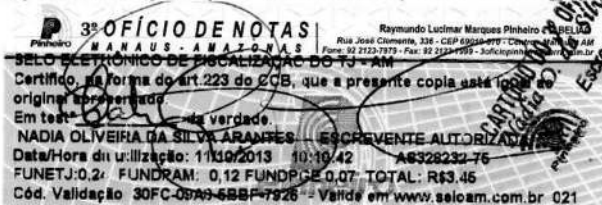
§ 2º. É facultado ao Sindicato, de acordo com as suas necessidades, organizar mesas coletoras itinerantes.

§ 3º. Os trabalhos das Mesas Coletoras poderão ser acompanhados por fiscais designados pelas chapas, na proporção de um fiscal por chapa registrada.

§ 4º. As mesas coletoras serão constituídas até 10 (dez) dias antes das eleições.

**Art. 46.** Não poderão ser nomeados Membros das Mesas Coletoras:

- a) os candidatos, seus conjugues e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive;
- b) os membros da Diretoria da Entidade.





**Art. 47.** Os mesários substituirão o Presidente da Mesa Coletora, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

**§ 1º.** Todos os Membros da Mesa Coletora deverão estar presentes ao Ato de abertura e de encerramento da votação, salvo o motivo de força maior.



**§ 2º.** Não comparecendo o Presidente da Mesa Coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na falta ou impedimento, o segundo mesário.

**§ 3º.** Poderá o mesário, ou membro da mesa que assumira presidência, designar, "*ad-hoc*", dentre as pessoas presentes, e observados os impedimentos do artigo anterior os membros que forem necessários para completar a mesa.

**Art. 48.** Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados e durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

**Parágrafo único:** Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação, salvo a autoridade competente.

**Art. 49.** No dia e local designado 30 (trinta) minutos antes da hora do início da votação, os membros da mesa coletora verificarão se está em ordem o material eleitoral e a uma destinada a recolher os votos, providenciando o Presidente para que sejam supridas eventuais deficiências.

**Art. 50.** À hora fixada no edital, tendo considerado o recinto e o material em condições, o presidente da mesa coletora declarará iniciados os trabalhos.

**Art. 51.** Os trabalhos eleitorais da Mesa Coletora terão a duração mínima de 06 (seis) horas contínua, observando sempre a hora de início e de encerramento previstas no edital de convocação.

**§ 1º.** Os trabalhos da votação poderão ser encerrados antecipadamente seja tiverem votado todos os eleitores constantes da folha de votação.

**§ 2º.** Quando a votação se fizer mais de um dia ou encerrar, ao término dos trabalhos de cada dia, o Presidente da Mesa Coletora, juntamente com os Mesários, procederá ao fechamento da urna com aposição de tiras de papel gomado, rubricadas pelos membros da mesa e pelos fiscais, fazendo lavrar ata, pelos mesmos assinada, com menção expressa do número de votos depositados.

**§ 3º.** Ao término dos trabalhos as urnas permanecerão na sede da entidade aguardando o início da apuração, e em caso de impossibilidade de se apurar os votos no mesmo dia, as urnas deverão ficar sob vigilância de pessoas indicadas de comum acordo pelas chapas.

**§ 4º.** O descerramento da urna no dia da continuação da votação deverá ser feito na presença dos mesários e fiscais, após verificação que a mesma permaneceu inviolada.

**Art. 52.** Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo presidente e mesários, após assinalar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a, em seguida, na urna colocada na mesa coletora. Os trabalhos eleitorais da Mesa Coletora terão a duração mínima de 06 (seis) horas contínuas, observadas sempre às horas de início e de encerramento previstas no edital de convocação.







**Art. 56.** Na contagem das cédulas de cada urna, o presidente verificará se o seu número coincide com o da lista de votantes.

§ 1º. Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º. Se o total de cédula for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á apuração, descontando-se dos votos atributos à chapa mais votada, o número de votos equivalentes às cédulas em excesso, desde que este número inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.

§ 3º. Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas mais votadas, a urna será anulada.

§ 4º. Examinar-se-ão um a um os votos em separados, decidido o Presidente da mesa, em cada caso, pela sua admissão ou rejeição.

§ 5º. Apresentando a cédula qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

**Art. 57.** Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecarta ou de cédula deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo eleitoral até a decisão final.

**Parágrafo único:** Haja ou não protesto, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob a guarda do presidente da mesa apuradora, até a proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.

**Art. 58.** Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a mesa apuradora de votos qualquer protesto referente à apuração.

§ 1º. O protesto poderá ser verbal ou por escrito, devendo, neste último caso, ser anexado à ata de apuração

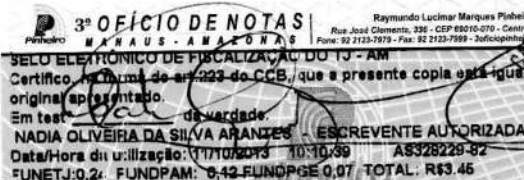
§ 2º. Não sendo o protesto verbal ratificado, no curso dos trabalhos de apuração, sob forma escri dele não se tomará conhecimento.

**Art. 59.** Finda a apuração, o Presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtive, na primeira votação, maioria simples dos votos em relação ao total dos votos apurados, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º. Ata mencionará obrigatoriamente:

- a) dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
- b) local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras, com os nomes dos respectivos componentes;
- c) resultado de cada urna, apuradora, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada registrada, votos em branco e votos nulos;
- d) número total de eleitores que votaram;
- e) resultado geral da apuração;
- f) proclamação dos eleitos.

§ 2º. A Ata Geral da apuração será assinada pelo Presidente e os demais membros da mesa e fiscais.



**Art. 60.** Ocorrendo anulação de votos, se o número de votos nulos for superior a diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá proclamação de eleitos pela mesa apuradora, cabendo ao Presidente da Comissão Eleitoral, realizar eleições no prazo máximo de 15 (quinze) dias, limitadas aos eleitores constantes da lista de votação de urna anulada.

**Art. 61.** Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a eleição às chapas mais votadas.

**Art. 62.** Afim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda do presidente da mesa apuradora até a proclamação final do resultado da eleição.

## CAPÍTULO VIII

### DO QUORUM DA VACÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 63.** A eleição da entidade sindical só será válida se participarem de votação mais de 50% (cinquenta por cento) dos associados com capacidade para votar. Não sendo obtido esse quorum, o Presidente da mesa apuradora encerrará a eleição, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem abrir, notificando em seguida, o Presidente da Comissão Eleitoral para que este promova nova eleição nos termos do Edital.

**§ 1º.** A nova eleição terá validade se nela tomarem parte mais de 40% (quarenta por cento) dos eleitores, observadas as mesmas formalidades da primeira. Não sendo, ainda desta vez, atingindo o quorum, o presidente da mesa notificará, novamente, o presidente da Comissão Eleitoral para que este promova a terceira e última eleição.

**§ 2º.** A terceira eleição dependerá, para sua validade, do comparecimento de mais de 30% (trinta por cento) dos eleitores, observadas para a sua realização as mesmas formalidades das anteriores.

**§ 3º.** Na ocorrência de qualquer das hipóteses prevista nos §§ 1º e 2º, apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrerás subsequentes.

**Art. 64.** Não sendo atingido o **quorum** em terceiro e o ultimo escrutínio, o Presidente da entidade no prazo de 48 (quarenta e oito) horas convocará Assembleia Geral, que declarará a vacância da administração a partir do término do mandato dos membros em exercício, e elegerá junta Governativa para a entidade, escolhidos, dentre elementos integrantes da respectiva categori, realizando-se eleição dentro de 60 (sessenta) dias.

**Art. 65.** Será anulada a eleição quando, mediante recursos formalizado nos termos deste estatuto, ficar comprovado:

- a) que foi realizada em dia, hora e local diverso dos designados no edital de convocação, ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada sem que hajam votado todos os eleitores constantes da folha de votação;
- b) que foi realizada ou apurada perante mesa eleitoral não constituída de acordo com o estabelecimento neste estatuto;
- c) Que foi preterida qualquer das formalidades essenciais estabelecidas nestes estatutos;
- d) que não foi cumprido qualquer dos prazos essenciais estabelecidos na lei e neste estatuto;
- e) ocorrências de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

**Parágrafo único:** A anulação do voto não implicara na anulação da urna em que a ocorrência se verificar. De igual forma, a anulação da urna não importará na anulação da eleição, salvo se o número de votos anulados for igual ou superior ao da diferença final as duas chapas mais votadas.





**Art. 66.** Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe tenha dado causa, e nem aproveitará ao seu responsável.

**Art. 67.** Anuladas as eleições da entidade sindical de qualquer grau, outras serão convocadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório, exceto no caso do art. 64 deste estatuto.

## CAPÍTULO IX DO PROCESSO ELEITORAL



**Art. 68.** Ao presidente da entidade sindical incube zelar para que se mantenha;

- a) organizado o processo eleitoral em duas vias, constituída a primeira dos documentos originais. São peças essenciais do processo eleitoral;
- b) edital e folha do jornal que publicou o aviso resumido da convocação da eleição e das chapas registradas;
- c) cópias dos requerimentos de registro de chapas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos e demais documentos de identificação;
- d) cópias dos expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;
- e) relação dos sócios em condições de votar e lista de votação;
- f) atas das sessões eleitorais de votação e de Apuração dos votos;
- g) exemplar da Cédula de Votação;
- h) cópias das impugnações, e dos recursos e respectivas contra-razões;
- i) comunicação oficial das decisões exaradas pela autoridade competente;
- j) ata da reunião da Diretoria que elegeu o Presidente e distribuiu os demais cargos de direção;
- l) termo de Posse.

**Parágrafo único:** Não interposto recurso, o processo eleitoral será arquivado na Secretária da entidade.

**Art. 69.** O prazo para interposição de recursos será de 15 (quinze) dias, contados da data da realização do pleito.

**§ 1º.** Os recursos, em sindicatos, serão propostos por qualquer associado em pleno gozo de seus, direitos sociais.

**§ 2º.** Os recursos e os documentos de prova que lhe forem anexados serão apresentados em duas vias, contra-recibo, na Secretária da entidade sindical e juntados os originais à primeira via do processo eleitoral. A Segunda via do recurso e dos documentos que acompanham serão entregues, também contra-recibos, em 24 (vinte e quatro) horas, ao recorrido que terá prazo de 10 (dez) dias para oferecer as contra-razões.

**§ 3º.** Findo o prazo estipulado, recebida ou não as contra-razões do recorrido, a Comissão Eleitoral da entidade sindical, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias decidirá, notificando as partes para querendo demandar no Poder Judiciário.

**Art. 70.** O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido e comunicado oficialmente à entidade antes da posse.

**Parágrafo único:** Se o recurso versar sobre inelegibilidade do candidato eleito, o provimento não implicará na suspensão da posse dos demais, exceto se o número destes, incluídos os suplentes, não for bastante para o preenchimento de todos os cargos efetivos.

## CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

17

17

SELO ELETRÔNICO DE REGISTRO DO TÍTULO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Certifico, para os devidos fins, que a presente cópia está igual ao original registrado.  
Em 11/07/2013, às 10:35, foi registrada a seguinte informação:  
NADIA OLIVEIRA DA SILVA ARANTES - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Data/Hora de utilização: 11/07/2013 10:35 ASS06025-90  
FUNETJ 0.21 FUNDIRAM: 0.12 FUNDIRAM: 0.07 TOTAL: R\$3.46  
Cód. Validação: 6532-8525-9404-APDS - Valide em www.sei.am.com.br 021  
Escritório do 3º Ofício de Notas  
Rua O. da Silva Arantes

**Art. 71.** A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior, ficando à cargo da Diretoria anterior organizar a solenidade e dar posse à nova Diretoria, sob pena de nulidade do ato.

**Art. 72.** Os prazos constantes do presente estatuto serão computados excluídos o dia do começo e incluindo o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

**Art. 73.** As atribuições e providências relativas ao processo eleitoral da competência do presidente da entidade sindical passarão, na sua ausência automaticamente à responsabilidade do seu substituto legal ou Presidente da Junta Governativa, se for o caso.

**Art. 74.** Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações da Assembleia Geral concernentes aos seguintes assuntos:

- a) julgamento das penalidades impostas aos associados e aos membros da Diretoria;
- b) Dissolução do Sindicato;

**Art. 75.** O Estatuto só poderá ser reformado por Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim, com a participação de 50% (cinquenta por cento) dos associados em dia com suas obrigações estatutárias.

**Art. 76.** Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.

**Art. 77.** A Assembleia Geral para a dissolução do Sindicato observará o quorum de 50% (cinquenta por cento) previsto na alínea "a" do art. 16, do Estatuto Social, especificamente convocados para essa finalidade.

**Parágrafo único:** Decidida a dissolução, a Assembleia nomeará uma junta de 3 (três) membros para promover a liquidação do ativo e do passivo e o saldo resultante será destinado aos Sindicatos ou órgãos públicos, previamente, indicados pela Assembleia.

**Art. 78.** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria.

**Art. 79.** Este estatuto entrará em vigor a partir da data de seu registro no órgão competente.

**Art. 80.** Os associados não se responsabilizarão solidaria ou subsidiariamente pelos atos da Diretoria e nem pelas obrigações sociais da entidade.

**Art. 81.** Fica eleito o Foro da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, para julgar protestos, recursos e dirimir quaisquer dúvida decorrentes do cumprimento deste Estatuto Social.

Manaus, 21 de julho de 2013.

**Amarildo de Souza Rodrigues**  
Presidente

**Dilson Gonzaga Barbosa**  
OAB/AM n. 3.131



CARTÓRIO PINHEIRO  
RECOLO

3º OFÍCIO DE NOTAS  
MANAUS - AMAZONAS

RECONHECIMENTO DE ASSINATURA  
LUIZ ALVARO DA SILVA  
Escritor Autorizado

3º OFÍCIO DE NOTAS  
MANAUS - AMAZONAS

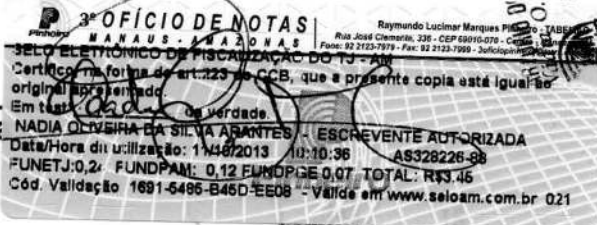
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ - AM  
Reconheço por autenticidade a assinatura de AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES  
Em test. NADIA OLIVEIRA DA SILVA ARANTES  
ESCREVENTE AUTORIZADA

Data/Hora da utilização: 04/10/2013 15:54:37  
FUNETJ: 0,24 FUNDPAM: 0,12 FUNDPGE: 0,07 TOTAL: R\$ 3,45  
Cód. Validação: 626B-E019-3629-3C00 - Valida em www.seloam.com.br 018

Raymundo Lucimar Marques Pinheiro - TABELÃO  
Rua José Clemente, 238 - CEP 69010-070 - Centro - Manaus - AM  
Fone: 92 2125-7979 - Fax: 92 2125-7989 - selo@pinheirogomes.com.br

AS323640-03

AS323640-03



3º OFÍCIO DE NOTAS  
MANAUS - AMAZONAS  
LUIZ ALVARO DA SILVA  
Escritor Autorizado





M<sup>a</sup> da Conceição F. Lopes





**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

**Nome**  
JOSHUA VICTOR ARRUDA MACHADO

**Filiação**  
RAIMUNDO NONATO MONTEIRO MACHADO  
SUSSY ARRUDA DA SILVA

**Naturalidade**  
MANAUS-AM

**RG**  
2145497-3 - SSP/AM

**Outros RGs**  
NÃO DECLARADO

**Data de Nascimento**  
29/01/1990

**CPF**  
961.347.202-91

**Via Expedida em**  
01 24/03/2015

**Assinatura**  


**Alberto Simonetti Cabral Neto**  
PRESIDENTE

**Matrícula**  
10045





USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

12353782




ASSINATURA DO TITULAR

*João Victor Almeida Silva*

OBSERVAÇÕES



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA, ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS ALIMENTICIOS DO MUNICIPIO DE MANAUS/AM - SINDECVARGAM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.689.206/0001-39, com sede na Rua Ramos Ferreira, nº. 140, Bairro Aparecida, CEP: 69010-120, Manaus/AM, neste ato representado por seu presidente AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES, brasileiro, gerente comercial, portador do RG nº. 1548501-3 SSP/AM do CPF nº. 779.266.092-34, domiciliado nesta cidade na Rua Crato, nº. 12C, Bairro Campo Dourado, Cep: 69095-000.

**OUTORGADO: JOSHUA VICTOR ARRUDA MACHADO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/AM sob o número 10.045, com escritório profissional no endereço Rua Homero de Miranda Leão, nº. 01, Bairro Dom Pedro II, Cep: 69042-680, Manaus/AM.

**PODERES:** Da cláusula, "*ad judicia*", para representa-lo(a) em ações e processos de qualquer natureza, até o final decisão e execução, como autor, ré(u), assistente ou opoente, perante qualquer juiz ou tribunal, repartições, órgãos e autarquias federais, estaduais e municipais, ou entidades paraestatais; podendo ainda tomar vista em processo, desistir, transigir, fazer acordos, ratificar atos praticados em nome do outorgante, firmar os documentos necessários, podendo inclusive, representar o outorgante em audiência de conciliação, como se presente fosse, nos termos dos artigos 447 e 448 do código de processo civil e praticar, enfim, todos os atos inerentes do desempenho do mandato, inclusive substabelecer; os mandatários agirão em conjunto ou separadamente, sem dependência da ordem de nomeação.

Manaus, 29 de julho de 2020.



**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA,  
ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS ALIMENTICIOS DO  
MUNICIPIO DE MANAUS/AM - SINDECVARGAM  
OUTORGANTE**





LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PI020-HGL

OPF 779266092-34

LV.A-A-4 CART.NOVO AIHAO-AM

CERT.NASC.N.2.589 FLS.60

MANAUS-AM

25/05/1981

IRENE GONCALVES DE SOUZA

MARIO AFONSO RODRIGUES

AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES

1548501-3

26/06/2013

ASSINATURA DO TITULAR

3A. VIA

REGISTRO GERAL

NOME

FILIAÇÃO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

DATA DE EXPEDIÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA,  
ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS – AM  
SINDECVARGAM**



**ATA E TERMO DE POSSE DA DIRETORIA,  
CONSELHO FISCAL E DELEGADO  
REPRESENTANTE JUNTO A FEDERAÇÃO PARA  
O MANDATO DE QUATRO ANOS INICIADO NO  
DIA 16 DE JUNHO DE 2017 COM TÉRMINO DO  
MANDATO EM 19 DE JUNHO 2021.**

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete (2017) às 21:00hs, foi iniciada a cerimônia de posse da **Diretoria, Conselho fiscal e Delegado Representante Junto a Federação do Sindicato dos Empregados no Comercio Varejista, Atacadista e Representantes de Gêneros Alimentício do Município de Manaus – AM SINDECVARGAM**, Sede provisória na Rua Oscar Borel, nº 14 A - Bairro Compensa II, CEP- 69035-210, Manaus-AM, fundado no dia 21 de julho de 2013, para um mandato de quatro anos a ser iniciada às zero hora do dia 21 de julho de 2017, cujo o termino do mandato ocorreria no dia 21 de julho de 2021, ou em data anterior quando definida e aprovada pela assembléia especifica dos associados convocada nos limites do estatuto. A cerimônia de posse e investidura nos mandatos, foi instalada na Sede provisória na Rua Oscar Borel, nº 14 A - Bairro Compensa II, CEP- 69035-210, Manaus-AM, e sendo a mesma dirigida pelo senhor PEDRO SANTOS DE SOUZA. Logo a seguir, foram os diretores, chamados nominalmente e confirmado sua presença, foram empossados em seus mandatos sindicais e investidos nos respectivos cargos nos limites do estatuto, para exercerem o seu mandato em conformidade com estatuto e com a Lei, sabedores de que o tempo de duração do mandato depende unicamente da vontade dos associados, os quais podem a qualquer momento reduzi-los em decisão ocorrida em assembléia devidamente convocada e especifica nos limites do estatuto sindical. A seguir empossados e investidos nos cargos os eleitos na assembléia eleitoral (eleições) realizadas no dia 09 de Junho de 2017, eleições esta cujo edital de convocação veiculou por meio de publicação fixada no Mural do sindicato em cumprimento ao Artigo 40 do estatuto do sindicato e também em Boletim Informativo da entidade que circulou no mesmo período de fixação do edital. Após a apuração dos votos, foram PROCLAMADOS ELEITOS e sendo nesta cerimônia empossados e investidos em seus mandatos e funções a seguir: **Presidente Amarildo de Souza Rodrigues**, filho de Irene Gonçalves de Souza, brasileiro, solteiro, gerente comercial, RG nº 1548501-3, CPF nº 779.266.092-34, CTPS nº 3485051- Serie 0020 AM, PIS nº 161607027751 e CNPJ do empregador 04.699.579/0001-83, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus à rua Crato, nº 12C, bairro Campo Dourado, CEP: 69095-000, **Secretario Geral Aldo Soares Rabelo**, filho de Maria Rosinei Soares Rabelo, brasileiro, solteiro, Fiscal de Loja, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus-Am, na rua E Q. 08, nº 02, bairro Armando Mendes, CEP: 69089-090, RG nº 1358891-5, CPF nº 606.191.392-34, CTPS nº 2819658, Serie 003-0 AM, PIS nº 127.23987.02-9 e CNPJ nº 34.551.382/0002-44; **Diretor Financeiro: Jason Carli Lima Feitosa**, filho de Maria Neide Lima Feitosa, brasileiro, solteiro, Promotor de Vendas, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, na rua Fortaleza, nº 07, bairro Campo Dourado, CEP: 69095-000, RG nº 1083816-3, CPF nº 599.303.652-49, CTPS nº 13894, Serie 00022-AM, PIS nº 12522874944 e CNPJ do empregador nº 4159000333/33; **Diretora Jurídica: Arlete Marinho da Silva**, filha de Anete Santana Marinho, brasileira, solteira, Operadora de Caixa,

Sede provisória na Rua Oscar Borel, nº 14 A - Bairro Compensa II,  
CEP- 69035-210, Manaus-AM





**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA,  
ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM  
SINDECVARGAM**



residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Xingu, nº 612, bairro Campo Dourado, CEP: 69028.148, RG nº 1827798-5, CPF nº 771.770.292-49, CTPS nº 71035, Serie 00022/AM, PIS nº 1283322702-9 CNPJ do empregador nº 02.973.092/0001-11;

**Suplente de Diretoria: 1º Suplente: Adelma Marinho da Silva**, filha de Anete Santana Marinho, brasileira, solteira, Operadora de Caixa, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Xingu, nº 612, bairro Campo Dourado, CEP: 69028.148, RG nº 2045959-9, CPF nº 917.668.772/49, CTPS nº 1188473, Serie 003-0-AM, PIS nº 201.73418.30-3 e CNPJ do empregador nº 10.826.140/0002-58; **2º Suplente: Erly da Silva Campos**, filha de Eliete da Silva Campos, brasileira, solteira, Repositora, residente e domiciliada nesta cidade de Manaus/AM, rua 07, nº 49, bairro Alvorada III, CEP 69047-170, RG nº 1958912-3, CPF nº 877.142.482-20, CTPS nº 025349, Série 00021-AM, PIS nº 12964760022, e CNPJ do empregador nº 09.279.206/0001-77; **3º suplente: Marinildo de Souza Rodrigues**, filho de Irene Gonçalves de Souza, brasileiro, solteiro, Auxiliar operacional, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua 07, nº 49, bairro Alvorada III, CEP 69047-170, RG nº 1623720-0, CPF nº 813.649.112-72, CTPS nº 0084531, Série nº 00019-AM, PIS nº 12811933028, e CNPJ do empregador nº 04.699.579/0001-83 e o **4º Suplente: Antônio Adilson Ribeiro Maranhão**, filho de Maria Cesarina Ribeiro, brasileiro, solteiro, promotor de vendas, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Pais de Galles, nº 205, Q 172, bairro Nova Cidade, CEP: 69095-000, RG nº 2178096-0, CPF nº 511.477.852/87, CTPS nº 31971, Serie 00001/RR, PIS nº 12652225024, CNPJ do empregador nº 04.699.579/0001-83; **Conselho Fiscal Efetivo: 1º Raimunda Alves da Silva**, filha de Coraci Miranda da Silva, brasileira, casada, Operadora de Caixa, residente e domiciliada nesta cidade de Manaus-AM, na rua Xingu, nº 612, bairro Campo Dourado, CEP: 69028-148, RG nº 1504022-4, CPF nº 524.369.852/00, CTPS nº 035397, Serie 00016-AM, PIS nº 1279079002-9 e CNPJ nº 04.699.579/0001-83; **2º Valter Gaia da Silva**, filho Albertina Gaia da Silva, brasileiro, solteiro, repositor, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Crato nº 12 D, bairro Campo Dourado, CEP: 69095-000, RG nº 2497434, CPF nº 148.976.872/68, CTPS nº 19552, Serie 00015/AM, PIS nº 1208925172-9, CNPJ do empregador nº 04.699.579/0001-83; **3º Huerdevan Rodrigues do Nascimento**, filho de Maria Eliana Rodrigues do Nascimento, brasileiro, solteiro, auxiliar operacional, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Fortaleza nº 500, bairro Cidade Nova (Campo Dourado), CEP: 69095-000, RG nº 2443726-3, CPF nº 004.062.62-18, CTPS nº 038658, Serie 00024, PIS nº 2017776587-3, CNPJ do empregador nº 06.257.367/0001-71; **Suplente do Conselho Fiscal: 1º Adão Neto de Lima Oliveira**, filho de Maria Nilza de Lima Oliveira, brasileiro, solteiro, repositor, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Marte nº 80, bairro Campo Dourado, CEP: 69097-000, RG nº 2422834-6, CPF nº 003.873.492/35, CTPS nº 95199, Serie 00025/AM, PIS nº 16158086771, CNPJ do empregador nº 02.973.092/0001-11, **2º Raimundo Argeu de Lima Oliveira**, filho de Maria Nilza de Lima Oliveira, brasileiro, casado, encarregado de depósito, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua Marte nº 80, bairro Campo Dourado, CEP: 69097-000, RG nº 1544092-3, CPF nº 775.440.482/68, CTPS nº 060578, Serie 00015/AM, PIS nº 12775029029 e CNPJ do empregador nº 02.973.092/0001-11, **3º Raimundo Gonçalves de Souza**, filho de Irene Gonçalves de Souza, brasileiro, solteiro, gerente de loja, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus/AM, rua 07, nº 49, bairro Alvorada III, CEP 69047-170, RG nº 11120363, CPF nº 558.874.652-04. CTPS nº 34888, Serie 00012/AM, PIS nº 12522723423, CNPJ do empregador nº 02.300.873/0001-45, **Delegados Representantes Juntos a Federação: Delegado Titular: Amarildo de Souza Rodrigues, Delegado Suplente: Jason Carlos Lima Feitosa.** Em ato continuo o presidente da solenidade solicitou aos membros da

Sede provisória na Rua Oscar Borel, nº 14 A - Bairro Compensa II,  
CEP- 69035-210, Manaus-AM





**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA  
ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS – AM  
SINDECVARGAM**



Diretoria eleita que fizessem a leitura do Termo de Compromisso, cujo o teor é o seguinte: Na qualidade de membro da diretoria do Sindicato dos Empregados no Comercio Varejista, Atacadista e Representantes de Gêneros Alimentícios do Município de Manaus – AM SINDECVARGAM, assumo o compromisso de defender integralmente os trabalhadores representados por esta entidade sindical, respeitar no exercício do meu mandato a Constituição Federal e as normas legais e estatutárias. Encerrando este ato e não havendo nenhum protesto ou mesmo recurso ou impugnação apresentada durante todo o processo eleitoral e não tendo mais nada a apresentar o presidente desta solenidade deu por encerrado os trabalhos, e para consta foi lavrada a presente ata que após de lida determinou que eu **Aldo Soares Rabelo**, Aldo Soares Rabelo **Secretário Geral**, da entidade agora empossado e investido no cargo, lavra-se a presente ata, por esta fiel ao ocorrido, sendo a mesma ainda assinada pelos demais dirigentes empossados e investidos nos seus respectivos cargos, e pelo presidente desta cerimônia.

Pedro Santos de Souza  
Presidente da Cerimônia de Posse  
PEDRO SANTOS DE SOUZA  
RG nº 0704216-7  
CPF nº 954.164.128/87

**MEMBROS DA DIRETORIA EMPOSSADOS:**

Amarildo de Souza Rodrigues  
AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES  
Presidente

Aldo Soares Rabelo  
ALDO SOARES RABELO  
Secretário Geral

Jason Carli Lima Feitosa  
JASON CARLI LIMA FEITOSA  
Diretor Financeiro



Sede provisória na Rua Oscar Borel, nº 14 A - Bairro Compensa II,  
CEP- 69035-210, Manaus-AM

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA,  
ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM  
SINDECVARGAM

RCPJ- REGISTRO CIVIL DAS  
PESSOAS JURÍDICAS  
Manaus- Amazonas  
**REGISTRADO**

*Arlete Marinho da Silva*  
ARLETE MARINHO DA SILVA  
Diretora Jurídica

**SUPLENTES DA DIRETORIA**

*Adelma Marinho da Silva*  
ADELMA MARINHO DA SILVA  
1º Suplente

*Erly da Silva Campos*  
ERLY DA SILVA CAMPOS  
2º Suplente

*Marinildo de Souza Rodrigues*  
MARINILDO DE SOUZA RODRIGUES  
3º Suplente

*Antonio Adilson Ribeiro Maranhão*  
ANTONIO ADILSON RIBEIRO MARANHÃO  
4º Suplente

**MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

*Raimunda Alves da Silva*  
RAIMUNDA ALVES DA SILVA  
Conselho Fiscal

*Valter Gaia da Silva*  
VALTER GAIA DA SILVA  
Conselho Fiscal





SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA,  
ATACADISTA E REPRESENTANTES DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM  
SINDECVARGAM

RCPJ- REGISTRO CIVIL DAS  
PESSOAS JURÍDICAS  
Manaus- Amazonas  
**REGISTRADO**

*Huerdevan Rodrigues do Nascimento*  
HUERDEVAN RODRIGUES DO NASCIMENTO  
Conselho Fiscal

**SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL**

*Adão Neto de Lima Oliveira*  
ADÃO NETO DE LIMA OLIVEIRA  
1º Suplente

*Raimundo Argeu de Lima Oliveira*  
RAIMUNDO ARGEU DE LIMA OLIVEIRA  
2º Suplente

*Raimundo Gonçalves de Souza*  
RAIMUNDO GONÇALVES DE SOUZA  
3º Suplente

**REPRESENTANTE JUNTO A FEDERAÇÃO**

*Amarildo de Souza Rodrigues*  
AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES  
Delegado Titular

*Jason Carli Lima Feitosa*  
JASON CARLI LIMA FEITOSA  
Delegada Suplente

*Pedro Emidio Lima da Silva*  
PEDRO EMÍDIO LIMA DA SILVA  
OAB/AM Nº 10.413



Sede provisória na Rua Oscar Borel, nº 14 A - Bairro Compensa II,  
CEP- 69035-210, Manaus-AM



**CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

MANAUS/AM.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO a requerimento de parte interessada que a presente CERTIDÃO foi extraída do arquivo do Cartório a meu cargo, nos termos do § 1º, do artigo 19, da Lei 6.015/73. O referido é verdade, dou fé.

Manaus (Am)..... de ..... de 2018

Mª da Conceição C. Lopes - Oficial



**CARTÓRIO**  
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
**MANAUS-AMAZONAS**

**MARIA DA CONCEIÇÃO CASTRO LOPES - TITULAR**  
Av. Getúlio Vargas, 1148 - Centro 4 CEP: 69.020-011 - Manaus/AM  
FONE: (91) 3233-3779 / 3234-6669 - FAX: (91) 3233-6266

**Selo Eletrônico de Fiscalização do**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**  
Data util.: 11/01/2018 Emitido por: Abraham Soares Rodrigues  
Emol: 80.15. Funetj: 8.01. Fundpam: 4.01. Farpam: 4.01. Fundpge: 2.41 Valor  
Selo: 3.00. ISSQN: 4.01  
Selo CERTPJ00490341G9I2SAR06M4526  
Valide o selo em: [cidadao.portaiseloam.com.br](http://cidadao.portaiseloam.com.br)



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 17 do anexo I, do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 e disposto na Portaria nº 326, de 11/03/2013, certifica, para fins de direito, que consta, no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, o registro sindical referente ao Processo nº 46202.032410/2013-77, do *SINDECVARGAM - Sindicato dos Empregados no Comercio Varejista, Atacadista e Representantes de Gêneros Alimentícios do Município de Manaus/AM*, inscrição no CNPJ nº 19.099.077/0001-99, para representar a(s) categoria(s) *Profissional dos empregados em hipermercados, supermercados, mercados, mini-mercados, varejista, atacadista e representantes no comércio de gêneros alimentícios*, na(s) base(s) territorial (is) *Manaus/AM*, com abrangência *Municipal*. Certifica, ainda, que se encontra informada junto ao CNES a seguinte diretoria com mandato até 21/07/2021.

**MEMBROS DIRIGENTES**  
**NOME – FUNÇÃO**

AMARILDO DE SOUZA RODRIGUES - Presidente  
ARLETE MARINHO DA SILVA - Diretor  
ADAO NETO DE LIMA OLIVEIRA - Membro do Conselho Fiscal  
HUERDEVAN RODRIGUES DO NASCIMENTO - Membro do Conselho Fiscal  
RAIMUNDA ALVES DA SILVA - Membro do Conselho Fiscal  
RAIMUNDO ARGEU DE LIMA OLIVEIRA - Membro do Conselho Fiscal  
RAIMUNDO GONCALVES DE SOUZA - Membro do Conselho Fiscal  
VALTER GAIA DA SILVA - Membro do Conselho Fiscal  
ALDO SOARES RABELO - Secretário Geral  
ADELMA MARINHO DA SILVA - Suplente de Diretoria  
ANTONIO ADILSON RIBEIRO MARANHÃO - Suplente de Diretoria  
ERLY DA SILVA CAMPOS - Suplente de Diretoria  
MARINILDO DE SOUZA RODRIGUES - Suplente de Diretoria  
JASON CARLI LIMA FEITOSA - Tesoureiro

Eu, Wesley Sidnei Soares da Silva, Wesley Sidnei Soares da Silva, Chefe do Setor de Apoio da Coordenação-Geral de Registro Sindical, a conferi.

Brasília, 18/01/2018.

Certifico.

MARCUS VINICIUS LAIRA  
Coordenador-Geral de Registro Sindical

Dou fé.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA  
Secretário de Relações do Trabalho



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -  
[www.mpam.mp.br](http://www.mpam.mp.br)

**DESPACHO Nº 3313.2020.SGMP.0506557.2020.012481**

D.O.

I - Encaminhe-se ao **CAO PDC**.

Cumpra-se.

**SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus (Am.), 29 de julho de 2020.

*(assinado eletronicamente)*

**WANDETE DE OLIVEIRA NETTO**

Promotora de Justiça de Entrância Final

Secretária-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Wandete de Oliveira Netto**,  
**Secretário(a)-Geral do Ministério Público**, em 29/07/2020, às 20:32, conforme  
art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link  
[http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **0506557** e o código CRC **3AD74225**.